

RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.893 - RS (2014/0256100-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : LUIZ NERI DAMIÃO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : GUILHERME DE SOUZA LIMA PACHECO E OUTRO(S) - RS056375

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por LUIZ NERI DAMIÃO contra v. acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO LEGAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE VEÍCULO. O bem penhorado não se encontra no rol disposto no art. 649 do CPC, não havendo razão para julgá-lo impenhorável, mesmo diante de moléstia grave." (fl. 175)

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação ao art. 649 do CPC/73, sustentando, em síntese, que a penhora do seu único bem (um veículo automotor) constitui meio excessivamente gravoso ante a situação peculiar do executado, portador de doença grave cujo tratamento reclama constantes deslocamentos a unidades de saúde.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 203).

É o relatório.

Antes do julgamento do feito, sobreveio ofício enviado pela 5ª Vara Federal de Porto Alegre (fls. 239/345), noticiando que o mérito da controvérsia, a respeito da adequação da penhora do veículo automotor do executado, foi definitivamente julgado. Eis trecho relevante da decisão do juízo de 1º grau:

"Tendo em vista a petição da exequente (evento 85), determino o levantamento da penhora do veículo de placa IIU1326 (evento 43), bem como o cancelamento da restrição no sistema RENAJUD. Comunique-se ao STJ para instruir o recurso especial interposto no AI 50086085920144040000. Não tendo a exequente indicado quaisquer outros bens disponíveis à garantia desta execução, determino a suspensão do feito pelo prazo de um ano, durante o qual se suspenderá a prescrição, nos

Superior Tribunal de Justiça

termos do art. 921, III e § 1º, do CPC."

Como se observa, a definição da controvérsia pelo juízo singular de 1º instância esgotou o objeto do presente recurso, razão pela qual o pedido restou prejudicado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, julgou o recurso especial prejudicado.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator